**AVISO DE LICITAÇÃO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 11/2017**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 42/2017**

O Município de Paulo Lopes torna público para conhecimento dos interessados, que realizará **LICITAÇÃO** na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, através de sistema de registro de preços, pretendendo aquisição de Materiais Pedagógicos e Esportivos para atender as Escolas, CEIs e secretaria de Esportes Municipal no período de 12 meses. As propostas deverão ser entregue por meio de sistema de compras eletrônicas no site [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.cidadecompras.com.br/)até as 09h55min do dia 05/06/2017. A sessão pública será realizada a partir das 10h10min do dia 05/06/2017,no endereço eletrônico [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.cidadecompras.com.br/). O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site [www.paulolopes.sc.gov.br](http://www.paulolopes.sc.gov.br/), onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

Paulo Lopes, 19 de maio de 2017.

Nadir Carlos Rodrigues

Prefeito Municipal

**EDITAL DE LICITAÇÃO -**

**PREGÃO ELETRÔNICO N° 11/2017**

**Processo Licitatório nº 42/2017**

O município de Paulo Lopes torna público para conhecimento dos interessados que realizará **LICITAÇÃO** na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO** do tipo **menor preço POR ITEM**, através de **sistema de registro de preços**, pretendendo a aquisição do objeto definido no item 2 deste instrumento convocatório**,** processando-se essa licitação nos termos da Lei Federal n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 19/2008, de 03 de Junho de 2008 e do Decreto Municipal nº. 58, de 14 de novembro de 2013, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666/93, bem como pelas regras estabelecidas neste instrumento convocatório.

**1. LOCAL, DATA E HORA**

1.1. A sessão pública por meio de sistema eletrônico no sítio [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.cidadecompras.com.br/),para abertura das propostas dar-se-á:

**RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: Até as 09h55min do dia 05/06/2017**

**SESSÃO PÚBLICA: Às 10h10min do dia 05/06/2017**

**\* Horário de Brasília.**

**2. OBJETO**

2.1. Registro de preço, pelo período de 12(doze) meses para aquisição de Materiais Pedagógicos e Esportivos para atender as Escolas, CEIs e secretaria de Esportes Municipal. conforme especificação constante no anexo I – Termo de Referência.

**3. PARTICIPAÇÃO**

3.1. Poderão participar desta licitação as empresas que:

3.1.1. Cujo objeto social seja pertinente e compatível com o objeto desta licitação e estejam credenciadas na Confederação Nacional dos Municípios, a qual atuará como órgão provedor do sistema eletrônico “[www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.cidadecompras.com.br/)”.

3.1.2. Declararem, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumprem plenamente os requisitos de habilitação e que suas propostas estão em conformidade com as exigências do instrumento convocatório. É vedada, em qualquer hipótese, a identificação da licitante.

3.1.2.1. A existência de restrição relativa à regularidade fiscal não impede que a declaração de que trata este subitem seja firmada por microempresa ou empresa de pequeno porte, aplicando-se, nesta hipótese, na fase de habilitação, o disposto na LC123/205 para regularização da habilitação fiscal.

3.1.2.2. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação sujeitará a licitante às sanções previstas no art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e no art. 28 do Decreto nº 5.450/2005, ressalvado o disposto no subitem 3.1.2.1.

**4. REPRESENTAÇÃO E CREDENCIAMENTO**

4.1. Para participar do pregão, o licitante deverá se credenciar no portal de compras eletrônicas [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.cidadecompras.com.br/).

4.2. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

4.3. O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de exclusiva responsabilidade da licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao município de Paulo Lopes, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.4. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal da licitante ou seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

**5. ENVIO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS**

5.1. Após a divulgação do edital no endereço eletrônico, as licitantes deverão, até a data e hora marcadas para recebimento das propostas, encaminhar a proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas.

5.1.1. A proposta comercial deverá ser apresentada na forma e requisitos indicados nos subitens a seguir:

a) conter, em campo próprio do sistema, o preço total por lote, sendo que:

a.1) no preço cotado já deverão estar incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação;

b) conter, em campo próprio destinado à descrição detalhada do objeto ofertado, a especificação complementar do objeto cotado;

c) conter a marca do produto/serviço cotado;

5.1.2. A validade da proposta deverá ser de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, a contar da data da sessão de abertura desta licitação.

5.2. Até a abertura da sessão, as licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

5.3. A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, os lances inseridos durante a sessão pública, assim como as declarações de que trata o item “9.6.1.” e "9.6.2", deste edital.

5.4. Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo pregoeiro, pelo sistema, ou de sua desconexão.

5.5 Caso haja omissão, na proposta, dos prazos de sua validade e/ou de garantia, aplicar-se-ão os prazos estipulados neste edital.

5.5.1. Em caso de omissão da marca e/ou modelo do produto ofertado, o pregoeiro aceitará as propostas e colherá, após a fase de lances, via chat, da empresa melhor classificada, a(s) informação(ões) referente(s) ao(s) dado(s) faltante(s).

5.5.1.1. Caso a empresa melhor classificada não responda, no prazo máximo fixado, a indagação do pregoeiro via chat, a sua proposta será considerada desclassificada.

**6. ABERTURA DAS PROPOSTAS/SESSÃO**

6.1. Encerrado o prazo de recebimento das propostas o pregoeiro, via sistema eletrônico, dará início à Sessão Pública, na data e horário previstos neste Edital, verificando a validade das propostas conforme exigências do edital.

**7. FORMULAÇÃO DE LANCES**

7.1. Classificadas as propostas, terá início a fase competitiva para recebimento de lances, no endereço eletrônico e no dia e horário informados no preâmbulo deste Edital, quando então as licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, de valor correspondente ao **PREÇO DOS ITENS**.

7.2. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se a licitante desistente às penalidades constantes neste Edital.

7.3. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as seguintes condições:

7.3.1. A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema;

7.3.2. No caso de lances de mesmo preço, prevalecerá aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar;

7.3.3. Os lances a serem ofertados devem corresponder ao **PREÇO UNITÁRIO DO ITEM**.

7.4. Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da detentora do lance.

7.5. Na fase de lances, no caso de evidente equívoco de digitação pelo licitante, em que este equívoco der causa a preço incompatível ou lance manifestamente inexeqüível, o preço incompatível ou lance manifestamente inexeqüível poderá, motivadamente, ser excluído do sistema.

7.6. Ao término do horário para o Recebimento dos Lances, o Sistema eletrônico emitirá aviso, informando que o certame entrou em horário randômico, com duração de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será encerrada a recepção de lances.

7.6.1. O horário randômico tem por objetivo disponibilizar tempo extraordinário aos interessados para que possam registrar seu(s) último(s) lance(s).

7.6.2. Por isso, o intervalo do horário randômico poderá ser suficiente ou não para o registro de um ou mais lances, uma vez que o seu encerramento será efetuado de forma automática pelo sistema.

7.7. Após a apresentação da proposta e dos lances não caberá desistência, salvo se por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

7.8. Encerrada a etapa de lances, o sistema divulgará o nome da licitante cujo preço foi o menor.

7.9. Caso o menor preço não seja apresentado por uma ME/EPP, observar-se-á o seguinte:

7.9.1. Se houver proposta apresentada por ME/EPP de valor igual ou até 5% superior à melhor proposta, será oportunizado o exercício do direito de preferência à ME/EPP.

7.9.1.1. O direito de preferência consiste na possibilidade de a licitante apresentar proposta de preço inferior à da empresa melhor classificada que não se enquadra como ME/EPP.

7.9.2. O novo valor proposto pela ME/EPP deve ser apresentado no prazo máximo de 5 (cinco) minutos a contar da convocação emitida via sistema, sob pena de perda do direito de preferência.

7.9.4. Caso a ME/EPP não exerça o direito de preferência ou não atenda às exigências do edital serão convocadas as ME/EPP remanescentes, cujas propostas se enquadrem no limite de 5% (cinco por cento), obedecida a ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, e assim sucessivamente.

7.10. Na hipótese de nenhuma ME/EPP exercer o direito de preferência ou não atender às exigências do edital, a empresa não enquadrada como ME/EPP que apresentou o menor preço permanece na posição de melhor classificada, iniciando-se com ela a fase de negociação.

7.11. O percentual de redução do preço proposto, decorrente dos lances, bem como do preço proposto pela ME/EPP quando do exercício do direito de preferência, deve incidir de forma linear sobre os preços unitários propostos na forma deste Edital.

**8. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

8.1. Após análise da proposta, o Pregoeiro divulgará a melhor proposta classificada a participar da etapa de lances para cada item, e as propostas desclassificadas se houverem.

8.2. Na hipótese da proposta de menor valor desatender às exigências habilitatórias o Pregoeiro examinará a proposta subseqüente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo na ordem de classificação, segundo o critério do menor preço e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

8.3. Será desclassificada a proposta que:

8.3.1. Não atenda as especificações, os prazos e as condições definidos neste Edital;

8.3.2. Apresente preço ou vantagem baseados em outras propostas;

8.3.3. Apresente preço excessivo ou manifestamente inexeqüível;

8.3.4. Transcorrida a etapa de lances, será considerado excessivo o preço do último lance, ou do valor negociado com o pregoeiro, ou da proposta comercial da licitante no caso de não haver lances, que for composto por preço unitário superior ao máximo unitário admitido pela licitada, conforme a estimativa de preços constante do Anexo I – Termo de Referência.

8.3.5. Não será aceita pelo pregoeiro proposta de preço que contemple preço unitário excessivo aos preços unitários máximos estabelecidos pela administração.

**9 - HABILITAÇÃO**

9.1. Para fins de habilitação ao certame, as licitantes terão de satisfazer os requisitos relativos a:

- habilitação jurídica;

- qualificação técnica;

- qualificação econômico-financeira;

- regularidade fiscal e trabalhista;

- cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

9.1.1. O Credenciamento da empresa no **Cadastro de Fornecedores do Município de Paulo Lopes,** é válido para a comprovação dos requisitos da Habilitação Jurídica, Regularidade Fiscal e Trabalhista e Qualificação Econômico-financeira.

9.1.2. Havendo algum documento vencido no **CRC**, este deverá ser apresentado pelo interessado na forma do item 9.7.

9.1.3. Para fins de habilitação, a verificação pelo município de Paulo Lopes nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

9.1.4. As licitantes que se enquadram como ME/EPP, nos termos da LC 123/2006, deverão comprovar essa condição mediante apresentação de certidão expedida pela Junta Comercial de seu domicílio, conforme art. 8º da IN 103 do Departamento Nacional de Registro do Comércio, de 30/04/2007, certidão essa que deverá ser encaminhada ao Pregoeiro juntamente com os demais documentos, na forma do subitem 9.7.

9.1.5. Para todos os efeitos legais, caso esteja enquadrada nas definições de ME/EPP, nos termos do art. 3º da LC 123/2006, e desde que não esteja inserida nas hipóteses do § 4º do mesmo artigo, a licitante deve selecionar a opção “SIM” na tela de cadastramento da proposta no sistema eletrônico, para usufruir dos benefícios previstos na referida LC 123/2006.

9.1.6. O sistema somente identificará a licitante como ME/EPP caso ela faça a opção indicada no subitem “9.1.5.”

9.1.7. Este é o ÚNICO momento em que o sistema oportuniza à licitante declarar sua condição de ME/EPP, requisito indispensável para que possa exercer o direito de preferência e de comprovação posterior da regularidade fiscal estabelecidos na LC nº

123/2006, conforme previsto neste edital.

**9.2. A documentação relativa à habilitação jurídica consistirá em:**

9.2.1. Contrato social na forma da lei com todas as suas alterações ou consolidado;

**9.3. A documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista consistirá em:**

9.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (**CNPJ**);

9.3.2. Prova de regularidade para com a Fazenda **Federal** (Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União), **Estadual** e **Municipal**, na forma da lei;

9.3.3. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**FGTS**), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

9.3.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, comprovada por Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeito de Negativa(**CNDT**).

9.3.5. A ME/EPP que se declarar como tal, nos termos do Art. 3º da LC nº 123/06 e seu § 4º, deverá apresentar os documentos relativos à regularidade fiscal ainda que contenham restrição.

9.3.5.1. Na situação supra, será assegurado à ME/EPP declarada vencedora, o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, a pedido da interessada e a critério da licitada, para comprovar a sua regularidade fiscal;

**9.4. A documentação relativa à qualificação econômico-financeira consistirá em:**

9.4.1. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial/extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

**9.5. A qualificação técnica será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:**

9.5.1. Não será exigido qualificação técnica na presente contratação;

**9.6. Será exigido ainda dos licitantes:**

9.6.1. Declaração atestando a inexistência de fato superveniente impeditivo que desabone sua participação em licitações públicas. O pregoeiro ainda fará consulta “on line” através do portal da transparência do governo federal <http://www.portaltransparencia.gov.br/ceis/Consulta.seam> quanto a inscrição do licitante no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS).

9.6.2. Declaração de que cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7° da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, conforme prescreve o inciso V do art. 27 da Lei nº 8666/1993, acrescido pela Lei nº 9.854/1999, nos termos do Decreto nº 4.358/2002;

9.6.3. As declarações de que tratam os subitens “9.6.1.” e “9.6.2” deverão ser firmadas eletronicamente pela licitante quando do cadastramento de sua proposta.

**9.7. Encerrada a etapa de lances, a documentação a seguir relacionada deverá ser encaminhada pelo e-mail** **licitacoes@paulolopes.sc.gov.br****, no prazo de até 03 (três) horas a contar da solicitação do Pregoeiro:**

1. Proposta Comercial (anexo III) ajustada ao último lance ofertado ou ao valor negociado;
2. Certidão expedida pela Junta Comercial citada no subitem 9.1.4;
3. Contrato Social;
4. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
5. CND Federal, Estadual, Municipal;
6. CND INSS;
7. CRF FGTS;
8. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
9. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial/extrajudicial;

**9.8. Os originais dos documentos exigidos neste edital e encaminhados de acordo com o item 9.7, tudo devidamente preenchido e assinado por quem de direito, deverão ser entregues ao Pregoeiro, no endereço da licitada na Rua José Pereira da Silva, 130, Centro- Paulo Lopes – SC CEP 88490-000, no prazo de até 03 (três) dias úteis a contar da solicitação do pregoeiro, podendo ser apresentados no original, ou por cópia autenticada por tabelião, ou publicação em órgão da imprensa oficial, ou cópia acompanhada do original para conferência pelo Pregoeiro.**

9.9. A empresa que estiver devidamente cadastrada no Cadastro de Fornecedores do Municipio, será dispesada da apresentação dos documentos acima relacionados, desde que Esteja com Certificado de Registro cadastral -CRC atualizado. **Havendo algum documento vencido no Cadastro de Fornecedores do Município de Paulo Lopes -CRC, este deverá ser encaminhado no e-mail** **licitacoes@paulolopes.sc.gov.br****, conforme o item 9,7 do edital.**

**10 - IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO**

10.1. As impugnações ao ato convocatório do pregão serão recebidas até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para o recebimento das propostas, **exclusivamente por meio de formulário eletrônico.**

10.1.1.Caberá ao pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de 48 (quarenta e oito) horas;

10.1.2. Deferida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para realização do certame.

**11 - RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

11.1. Caberá recurso nos casos previstos na Lei n.º10.520/02, devendo o licitante **manifestar motivadamente** sua intenção de interpor recurso, através de formulário próprio do Sistema Eletrônico, explicitando sucintamente suas razões, após o término da sessão de

lances.

11.1.1. A Intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que o licitante pretende que sejam revistos pelo pregoeiro.

11.2. A licitante, que manifestar a intenção de recurso e o mesmo ter sido aceito pelo pregoeiro, disporá do prazo de 03 (três) dias para apresentação das razões do recurso, por meio de formulário específico do sistema, que será disponibilizado a todos os participantes, ficando os demais desde logo intimados para apresentar as contra-razões em igual número de dias.

11.2.1. Na hipótese de concessão de prazo para a regularização fiscal de microempresa ou empresa de pequeno porte que tenha apresentado melhor proposta, a etapa recursal será aberta por ocasião da retomada da sessão publica do pregão.

11.3. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo Pregoeiro ao vencedor.

11.4. O recurso contra decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.

11.5. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.6. Não serão conhecidos os recursos interpostos após os respectivos prazos legais, bem como os encaminhados por fax, correios ou entregues pessoalmente.

11.7. Decairá do direito de impugnar perante a Administração, os termos desta licitação, aquele que os aceitando sem objeção, venha apontar, depois do julgamento, falhas ou irregularidades que a viciariam, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

**12 - ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

12.1. A adjudicação do objeto do presente certame será viabilizada pelo pregoeiro sempre que não houver recurso.

12.2. A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo pregoeiro, ou, quando houver recurso, pela própria autoridade competente, ocorrendo esta no prazo de até 60 (sessenta) dias a contar da data de apresentação da proposta de preço**.**

**13 – DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA**

13.1. O objeto desta licitação deverá ser entregue/executado nas condições, prazos e locais definidos no anexo I – Termo de Referencia.

**14 - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

14.1. As sanções administrativas das quais estão sujeitos os licitantes e contratados são as previstas no item 9 do Anexo I – Termo de Referência que faz parte integrante deste instrumento convocatório.

**15 – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

15.1. Por tratar-se de licitação para aquisição através de Sistema de Registro de Preço as despesas decorrentes das contratações feitas dos fornecedores detentores de preços registrados com o município de Paulo Lopes correrão a conta do orçamento 2017/2018 da Prefeitura Municipal de Paulo Lopes e do Fundo Municipal de Saúde. A indicação do recurso detalhado para fazer frente à obrigação assumida quando da efetiva contratação serão disponibilizadas na Autorização de Fornecimento emitida pelo órgão solicitante.

**16 – DO PAGAMENTO**

16.1. A nota fiscal/fatura deverá ser apresentada ao responsável pelo recebimento do bem ou serviço, o qual terá o prazo máximo de 05 dias úteis da apresentação para atestar o cumprimento pela empresa das obrigações contratuais.

16.1.1. A data da apresentação da nota fiscal/fatura será devidamente registrada nos autos do processo pelo responsável em atestar o recebimento do bem ou serviço.

16.2. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias a contar do recebimento da nota fiscal/fatura.

16.3. O pagamento será creditado em nome da Contratada, mediante ordem bancária em conta corrente por ela indicada ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras, uma vez satisfeitas as condições estabelecidas no Edital.

16.4. O pagamento, mediante a emissão de qualquer modalidade de ordem bancária, será realizado desde que a Contratada efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias.

16.5. A Contratada, optante pelo Simples, deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal/fatura, declaração, conforme modelo constante do Anexo IV da Instrução Normativa SRF nº. 480, de 15/12/2004, Substituído pelo Anexo IV constante da IN RFB n° 791, de 10 de dezembro de 2007. Caso não o faça, ficará sujeita à retenção de imposto e contribuições, de acordo com a referida Instrução.

16.6. A nota fiscal/fatura que contiver erro será devolvida à contratada para retificação e reapresentação, interrompendo-se a contagem do prazo fixado de 05 dias úteis para o responsável pelo recebimento atestar, que recomeçará a ser contado integralmente a partir da data de sua reapresentação.

16.7. O pagamento fica condicionado à prova de regularidade junto a Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

16.8. A compensação financeira é admitida nos casos de eventuais atrasos de pagamento pela Administração, desde que o contratado não tenha concorrido de alguma forma para o atraso. É devida desde a data limite fixada no contrato para o pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela.

16.9. Em caso de inadimplência de pagamento por parte da administração, os valores serão atualizados monetariamente, a partir do dia de seu vencimento e até o de sua liquidação,

segundo os mesmos critérios adotados para a atualização de obrigações tributárias, conforme disciplina o artigo 117 da constituição do Estado de Santa Catarina.

16.10.A empresa deverá apresentar Nota Fiscal com CNPJ idêntico ao apresentado na proposta e conseqüentemente lançado na Nota de Empenho, devendo constar também o número do processo licitatório e a modalidade, número da Nota de Empenho, à fim de acelerar o trâmite de recebimento do produto e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

16.11. Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

**17 – DO REAJUSTE DOS PREÇOS**

17.1. No caso de ocorrer reajuste de preço, observada a periodicidade mínima de 12 meses a contar da data de apresentação das propostas, este será reajustado com base no Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) da Fundação Getúlio Vargas - FGV, acumulado no período.

17.2. O preço pelo qual será contratado o objeto da presente licitação poderá ser reajustado nos termos do artigo 65 da Lei 8.666/93.

**18 - DISPOSIÇÕES GERAIS**

18.1. É facultado ao Pregoeiro oficial, auxiliado pela Equipe de Apoio, proceder em qualquer fase da licitação, diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

18.2. As obrigações de CONTRATADA e CONTRATANTE são aquelas constantes do Anexo I – Termo de Referência, parte integrante deste edital.

18.3. A apresentação da proposta de preços implica na aceitação plena e total das condições deste Pregão, sujeitando-se o licitante às sanções previstas no artigo 7º, da Lei n.º 10.520/02, bem como as previstas no artigo 87 da Lei nº 8.666/93.

18.4. Quaisquer elementos, informações e esclarecimentos relativos a esta licitação serão prestados pelo Pregoeiro Oficial e membros da Equipe de Apoio, pessoalmente, na Rua Santa Catarina, 196, Centro, no Município de Paulo Lopes ou pelo telefone (48) 3253-0161.

18.5. Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, que decidirá com base na legislação em vigor.

18.6. O Município de Paulo Lopes não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da empresa vencedora para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.

18.7.Não havendo expediente na Prefeitura Municipal de Paulo Lopes na data marcada, a reunião realizar-se-á no pri­meiro dia útil subseqüente na mesma hora e local.

18.8. O Município de Paulo Lopes se reserva ao direito de anular ou revogar a presente licitação, no total ou em parte, sem que caiba indenização de qualquer espécie a qualquer das participantes.

18.9. Os preços registrados por força deste processo terão validade de 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial dos Municípios de SC - DOM.

18.10. O fornecedor classificado em 1º (primeiro) lugar nos preços registrados, será convocado a firmar a Ata de Registro de Preços no prazo de 10 (dez) dias úteis após a homologação, devendo o proponente manter-se nas mesmas condições da habilitação quanto à regularidade fiscal.

18.11. Fazem parte deste edital:

- ANEXO I – Termo de Referência;

- ANEXO II – Minuta da Ata de Registro de Preço;

- ANEXO III – Modelo Proposta Comercial;

Paulo Lopes, 19 de maio de 2017.

**NADIR CARLOS RODRIGUES**

**PREFEITO MUNICIPAL**

**Edital e Anexos Aprovados**

Data \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017

FÁBIO BERTOGLIO MARUGGI

OAB-SC 19201

Procurador

**ANEXO I**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 11/2017**

**Processo Licitatório 42/2017**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1 - OBJETO**

1.1. Registro de preço, pelo período de 12(doze) meses para aquisição de Materiais Pedagógicos e Esportivos para atender as Escolas, CEIs e secretaria de Esportes Municipal de Saúde de Paulo Lopes, conforme quantitativos e especificações que seguem:

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **ITEM** | **DESCRIÇÃO** | **UND** | **QTIDADE** | **Preço máximo****R$ UNIT** | **Preço máximo****R$ TOTAL** |
| 01 | CONJUNTO DE 2 POLTRONAS 60X50X50 E 1 MESA QUADRADA 50X50X30 ESPUMADOS REVESTIDA DE COURINO, ZIPER DA CAPA COM PROTETOR DE CURSOR, ALTA DURABILIDADE E RESISTÊNCIA. | CONJ | 03 | 1.325,65 | 3.976,95 |
| 02 | CONJUNTO COM 6 ALMOFADAS INFANTIS 35X35X5 CM, REVESTIDA DE COURINO, ZIPER DA CAPA COM PROTETOR DE CURSOR, ALTA DURABILIDADE E RESISTÊNCIA | CONJ | 06 | 77,60 | 465,60 |
| 03 | ALFABETO ILUSTRADO EM MDF QUE PERMITE MONTAR A LETRA INICIAL DA FIGURA REPRESENTADA NO MATERIAL. CONTÉM 78 PEÇAS | UND | 20 | 72,00 | 1.440,06 |
| 04 | PLACAS DIVERSAS EM MDF REPRESENTANDO LETRAS, ANIMAIS , NUMERAIS PARA ALINHAVOS COM CORDÕES . CONJ.COM 10 PLACAS | CONJ | 09 | 40,71 | 366,43 |
| 05 | AMARELINHA DOS NÚMEROS EM EVA 10PÇS. COM A SACOLA EM PVC TRANSPARENTE. AS PEÇAS MEDINDO 30X30X1CM | UND | 08 | 80,02 | 640,16 |
| 06 | BAÚ COM 250 PEÇAS DE MONTAR COM ENCAIXES SIMPLES, CARRETAS COM RODINHAS E TAMANHAS DIFERENTE. CERTIFICADO PELO IMETRO. | UND | 06 | 129,33 | 775,99 |
| 07 | CONJUNTO COM 10 CARRINHOS DE MONTAR, 32 PEÇAS; 10 CHASSIS COM RODAS, 10 TRASEIRAS, 10CABINES, 1 CAÇAMBINHA, 1 BETONEIRA, 02 CARTELAS DE ADESIVOS. | CONJ | 08 | 58,21 | 465,70 |
| 08 | CONJUNTO CONFECCIONADO EM TECIDO E ESPUMA, CONTENDO 02 PEÇAS DE 150X150MM, EM FORMATO DE CUBO, COM ATIVIDADES PARA COORDENAÇÃO MOTORA QUE UTILIZAM ZÍPER, CADARÇO, VELCRO, FECHO GANCHO, BOTÃO DE PRESSÃO, ENTRE OUTROS OBJETOS. | UND | 04 | 92,33 | 369,33 |
| 09 | FANTOCHES CONJUNTO CONFECCIONADO EM FELTRO, COM BOCA ARTICULADA, CONTÉM 10 FANTOCHES (PATO, GALO, COELHO, GATO, OVELHA, PORCO, VACA, CAVALO, PAPAGAIO E CACHORRO) MEDINDO APROXIMADAMENTE 280MM DE ALTURA CADA UM. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLÁSTICA. | UND | 09 | 186,69 | 1.680,21 |
| 10 | FANTOCHES CONFECCIONADO EM FELTRO, COM 04 PEÇAS E OLHO DE PVC. CONTÉM OS SEGUINTES PERSONAGENS: CHAPÉUZINHO VERMELHO, LOBO, VOVÓ, LENHADOR.**DIMENSÕES:**ALTURA: 28 CM | UND | 09 | 70,71 | 636,39 |
| 11 | FANTOCHE FAMÍLIA NEGRA CONJUNTO CONFECCIONADO EM TECIDO ESTAMPADO, ESPUMA E PLUMINHA, COM BOCA ARTICULADA, CONTÉM 06 FANTOCHES (AVÓ, AVÔ, PAI, MÃE, FILHO E FILHA) MEDINDO APROXIMADAMENTE 380MM DE ALTURA CADA UM. | UND | 09 | 74,07 | 666,63 |
| 12 | FANTOCHE FAMÍLIA BRANCA CONJUNTO CONFECCIONADO EM TECIDO ESTAMPADO, ESPUMA E PLUMINHA, COM BOCA ARTICULADA, CONTÉM 06 FANTOCHES (AVÓ, AVÔ, PAI, MÃE, FILHO E FILHA).**DIMENSÕES:**ALTURA: 38 CM | UND | 09 | 74,07 | 666,63 |
| 13 | JOGO DA MEMÓRIA EM MDF COM 40PEÇAS - FRUTAS | UND | 09 | 15,65 | 140,85 |
| 14 | JOGO DA MEMÓRIA EM MDF COM 40 PEÇAS - ANIMAIS | UND | 09 | 15,65 | 140,85 |
| 15 | JOGO DA MEMÓRIA EM MDF COM 40 PEÇAS – MEIO DE TRANSPORTE | UND | 09 | 15,65 | 140,85 |
| 16 | CONJUNTO DE QUEBRA CABEÇA COM 10 ANIMAIS DE 12 PEÇAS EM MDF CADA UM COM BASE RETANGULAR EM MDF- ANIMAIS | UND | 09 | 80,03 | 720,27 |
| 17 | SACOLÃO COM 550 PEÇAS DE MONTAR EM PLÁSTICO, COM CERTIFICAÇÃO DO IMETRO | UND | 10 | 186,45 | 1.864,50 |
| 18 | XADREZ E DAMAS ESTOJO TABULEIRO SERIGRAFADO NA FACE EXTERNA DO ESTOJO EM QUADRANTES CLAROS E ESCUROS, COM 32 PEÇAS PARA O XADREZ E 24 PEÇAS AS DAMAS, TOTALIZANDO 56 PEÇAS DE PLÁSTICO.PRODUTO COM CERTIFICAÇÃO DO INMETRO.**DIMENSÕES:**LARGURA: 24 CMCOMPRIMENTO: 24 CM | UND | 36 | 50,59 | 1.821,47 |
| 19 | QUEBRA CABEÇA DE IMAGENS E SÍLABAS PARA FORMAR PALAVRAS EM MDF, COM 40 PEÇAS | UND | 09 | 22,89 | 206,03 |
| 20 | CAMINHÃO DE RESGATE COM 1 RAMPA, 1 CARRO ESPORTIVO E 1 CARTELA DE ADESIVOS.  PRODUTO COM CERTIFICAÇÃO DO IMETRO DIMENSÃO DO PRODUTO: COMPRIMENTO 27 CM, ALTURA 18 CM E LARGURA 15 CM. PESO DO PRODUTO: 700G. | UND | 20 | 45,93 | 918,60 |
| 21 | CONJUNTO DE BALDE COM PÁ, E DIVERSOS BRINQUEDOS PARA AREIA. PRODUTO EM PLÁSTICO RESISTENTE. COM CERTIFICAÇÃO DO IMETRO | UND | 18 | 20,33 | 365,94 |
| 22 | MÁQUINA DE CARREGAR MATERIAIS COM CONCHA ARTICULÁVEL EM PLÁSTICO RESISTENTE E CERTIFICAÇÃO DO IMETRO.DIMENSÃO DO PRODUTO: COMPRIMENTO 49CM, ALTURA 26CM E LARGURA 16CM. | UND | 36 | 72,92 | 2.625,23 |
| 23 | CAIXA DE FERRAMENTAS EM PLÁSTICO,CONTEÚDO DA EMBALAGEM:01 CAIXA DE FERRAMENTAS, 01 ALICATE, 01 CHAVE DE FENDA, 01 CHAVE DE BOCA, 01 CHAVE INGLESA, 01 SERROTE, 01 MARTELO, 03 FORMAS PLANAS,04 PARAFUSOS E 04 PORCAS.  COMPRIMENTO 30 CM, ALTURA 26 CM E LARGURA 18 CM. | UND | 18 | 55,59 | 1.000,73 |
| 24 | CAMINHÃO DE BOMBEIROS COM CERTIFICADO DO IMETRO01 CAMINHÃO BOMBEIRO E 02 BONECOS.  COMPRIMENTO 52 CM, ALTURA 41 CM E LARGURA 30 CM. PESO DO PRODUTO: 1.600 KG. | UND | 36 | 44,49 | 1.601,64 |
| 25 | BONECA TIPO BEBÊ COM ACESSÓRIOS, MATERIAL VINIL, DE ALTA QUALIDADE 17X11X44CM | UND | 42 | 70,07 | 2.942,94 |
| 26 | FOGÃO INFANTIL AXLXP: 43 X 54 X 22 CM, 01 FOGÃO 04 PANELAS, 02 TAMPAS, 04 PRATOS, 04 COPOS ,04 COLHERES. COM CERTIFICAÇÃO DO IMETRO | UND | 12 | 84,96 | 1.019,52 |
| 27 | TRICICLO COM CERTIFICAÇÃO DO IMETRO | UND | 36 | 136,49 | 4.913,64 |
| 28 | CARRO DE PLÁSTICO COM PEDAL NAS MEDIDAS 83X45X40CM.COM CERTIFICAÇÃO DO IMETRO | UND | 12 | 280,93 | 3.371,16 |
| 29 | FANTASIA INFANTIL EM TECIDO DE ALGODÃO FEMININA E MASCULINA, NOS TAMANHOS DE 1 A 5 ANOS. | UND | 36 | 62,59 | 2.253,47 |
| 30 | PISCINA INFLÁVEL DE BOLINHAS MULTICOLORIDA COM 50 BOLINHAS. DIÂMETRO 1,00M | UND | 04 | 145,59 | 582,38 |
| 31 | BOLA DE FUTSAL MAX 1000 CONFECCIONADA EM POLIURETANO ULTRA 100% E POSSUI 8 GOMOS, COM A TECNOLOGIA TERMOTEC QUE NÃO ABSORVE ÁGUA. | UND | 100 | 206,27 | 20.627,33 |
| 32 | BOLA DE FUTSAL MAX 500 CONFECCIONADA EM POLIURETANO ULTRA 100% E POSSUI 8 GOMOS, COM A TECNOLOGIA TERMOTEC QUE NÃO ABSORVE ÁGUA. | UND | 100 | 141,59 | 14.159,66 |
| 33 | BOLA DE FUTSAL MAX 200 CONFECCIONADA EM POLIURETANO ULTRA 100% E POSSUI 8 GOMOS, COM A TECNOLOGIA TERMOTEC QUE NÃO ABSORVE ÁGUA. | UND | 100 | 80,01 | 8.001,33 |
| 34 | BOLA DE FUTSAL MAX 100 CONFECCIONADA EM POLIURETANO ULTRA 100% E POSSUI 8 GOMOS, COM A TECNOLOGIA TERMOTEC QUE NÃO ABSORVE ÁGUA. | UND | 100 | 94,65 | 9.465,33 |
| 35 | BOLA DE VOLEIBOL BORRACHA, COMPOSIÇÃO: 80% PVC E 20% MICROFIBRA DE PU. | UND | 100 | 55,59 | 5.559,66 |
| 36 | MINIBOLA DE BASQUETE INFANTIL MATERIAL: EM 100% BORRACHA, CIRCUNFERÊNCIA: 560 – 570 MM, PRESSÃO ESTIMADA: 6 PSI/0.4 BAR, PESO: 340 G | UND | 50 | 47,06 | 2.353,33 |
| 37 | BOLA DE BASQUETE, DIÂMETRO: 75-78 CM, BORRACHA MACIA, CÂMARA DE BUTIL, COR LARANJA, 260G | UND | 50 | 55,06 | 2.753,33 |
| 38 | PAR DE REDE PARA BASQUETE EM POLIETILENO(PE) COM FIO 2,0MM TAMANHO OFICIAL | UND | 20 | 72,40 | 1.448,00 |
| 39 | MESA DE TÊNIS DESMONTÁVEL, PÉS DOBRAVEIS, MEDIDA OFICIAL, ESPESSURA18 MM, MADEIRA MDP | UND | 10 | 464,31 | 4.643,16 |
| 40 | KIT DE TÊNIS DE MESA COM SUPORTES PARA REDE EM FERRO ESTILO JACARÉ, REDE EM NYLON AJUSTÁVEL, RAQUETES EM MADEIRA, REVESTIDAS COM BORRACHA PINADA E BOLAS DE TÊNIS DE MESA CONFECCIONADA EM RESINA CELULÓSICA DIÂMETRO: 40 MM ,PESO APROXIMADO: 2,74 G . ITENS INCLUSOS: 02 SUPORTES PARA REDE; 01 REDE PARA TENIS DE MESA; 02 RAQUETES EM BORRACHA PINADA E 3 BOLAS DE TÊNIS DE MESA. | UND | 100 | 28,89 | 2.889,66 |
| 41 | BOLAS DE TÊNIS DE MESA CONFECCIONADA EM RESINA CELULÓSICA DIÂMETRO: 40 MM ,PESO APROXIMADO: 2,74 G | UND | 200 | 4,99 | 2.994,00 |
| 42 | CORDA PARA PULAR CORDA INFANTIL (210 CM), CABOS DE MADEIRA (EMPUNHADEIRA) E CORDA DE NYLON | UND | 100 | 19,19 | 1.919,66 |
| 43 | CORDA PARA PULAR CORDA INFANTIL (230 CM), CABOS DE MADEIRA (EMPUNHADEIRA) E CORDA DE NYLON | UND | 100 | 27,57 | 2.757,33 |
| 44 | PAR DE REDES DE FUTSAL MEDIDAS OFICIAIS( 3MTS DE LARGURA X 2 MTS DE ALTURA X 1 MTS DE RECUO INFERIOR E 35 CM DE RECUO SUPERIOR) CONFECCIONADO NA MALHA 12CM C/ FIO 2,2M/M EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE 100% VIRGEM | UND | 20 | 179,60 | 3.592,00 |
| 45 | BLOCOS DE PARTIDA DE ATLETISMO DE BORRACHA INDOOR INFANTIL. INDICADO PARA INICIAÇÃO OU USO ESCOLAR. FEITO INTEIRAMENTE DE BORRACHA COM NERVURAS NA PARTE INFERIOR PARA ADERÊNCIA EM QUADRAS OU PISTAS. | UND | 20 | 199,90 | 3.998,00 |
| 46 | BLOCOS DE PARTIDA DE ATLETISMO ADULTO DE AÇO/PVC. ARMAÇÃO RÍGIDA DE AÇO GALVANIZADO COM APOIOS DE PLÁSTICO PVC E REVESTIMENTO DE PVC MACIO. PARA TODAS AS PISTAS. BASE CENTRAL COM 70MM DE LARGURA E 635MM DE COMPRIMENTO. SUPERFICIE DE APOIO PARA OS PÉS COM 275 X 85MM. ACOMPANHA 2 PINOS REMOVÍVEIS DE 150MM PARA FIXAÇÃO EM PISTA. NOS APOIOS PARA OS PÉS ACOMPANHAM 4 PREGOS FIXOS DE 10MM. | UND | 5 | 325,70 | 1.628,50 |
| 47 | CRONÔMETRO DIGITAL MEMÓRIA PARA 100 VOLTAS E PARCIAIS DE TEMPO, COM PRECISÃO DE 1/100 DE SEGUNDO E TEMPO TOTAL MÁXIMO DE 10 HORAS; TELA GRANDE COM TRÊS LINHAS DE INFORMAÇÕES; HORA E CALENDÁRIO; A PROVA D'ÁGUA; | UND | 50 | 38,52 | 1.926,16 |
| 48 | CONJUNTOS DE CARTÃO DE ARBITRAGEM - CARTÃO AMARELO E VERMELHO - MATERIAL EM PVC | UND | 50 | 19,96 | 998,00 |
| 49 | COLETE PARA TREINAMENTO DUPLA FACE, COMPOSIÇÃO: 100% POLIÉSTER, LATERAIS COM ELÁSTICO. DIMENSÕES APROXIMADAS: 45 CM X 61 CM (LARGURA X ALTURA) | UND | 300 | 11,14 | 3.342,00 |
| 50 | CONES MÉDIOS, 50 CM, DUAS FAIXAS DE 80 MM, BASE CONE: 28 X 28 CM, PESO 630 G, COR LARANJA E BRANCO, DUAS ABERTURAS LATERAIS NA PARTE SUPERIOR PARA UTILIZAÇÃO DE FITAS ZEBRADAS OU CORRENTES DE SINALIZAÇÃO | UND | 100 | 10,27 | 1.027,33 |
| 51 | CONES PARA TREINO, TAMANHO 24CM | UND | 100 | 5,82 | 582,33 |
| 52 | REDE DE VÔLEI INFANTIL DE NYLON COM SUPORTES COM 7 REGULAGENS DE ALTURA; BASE COM RODAS PARA FACILITAR O TRANSPORTE E PARA MANTER SUA ESTABILIDADE, FÁCIL MONTAGEM, 570X2400X4500 MM | UND | 10 | 79,90 | 799,00 |
| 53 | REDE VÔLEI OFICIAL 2 LONAS, MALHA 10X10 ,COR PRETA,10MTS, LONA SUPERIOR 7CM ,INFERIOR DE 6CM,QUADRO ESTRUTURAL DE CORDA 6MM, ILHÓS NAS EXTREMIDADES, REFORÇO NAS EXTREMIDADES PARA PROTEGER CONTRA AÇÃO CORTANTE DO CABO DE AÇO, GUIA PARA PASSAGEM DO CABO DE AÇO, ESTICADORES E GANCHO PARA FÁCIL INSTALAÇÃO, COSTURA DUPLA COM LINHA 0,40 DE POLIAMIDA | UND | 10 | 79,00 | 799,00 |
| 54 | BOLA NOGAN BORRACHA Nº 6 | UND | 50 | 13,68 | 684,16 |
| 55 | BOLA NOGAN BORRACHA Nº 8 | UND | 50 | 14,96 | 748,16 |
| 56 | BOLA NOGAN BORRACHA Nº 10 | UND | 50 | 18,50 | 925,00 |
| 57 | BOLA NOGAN BORRACHA Nº 12 | UND | 50 | 21,11 | 1.055,83 |
| 58 | BOLA NOGAN BORRACHA Nº 14 | UND | 50 | 30,86 | 1.543,33 |
| 59 | BAMBOLÊ COLORIDO- ARO DE PLÁSTICO PVC REFORÇADO, MEDINDO 60X60X1CM | UND | 150 | 6,23 | 934,99 |
| 60 | APITO COM EMBOCADURA ANATÔMICA, BOLINHA INTERNA DE CORTIÇA, 40G | UND | 50 | 18,90 | 945,00 |
| 61 | TATAME EM EVA COLORIDO 1X1M ESPESSURA 30 MM | UND | 100 | 49,88 | 4.988,33 |
| 62 | PRATOS EM PVC PARA TREINAMENTO, TAMANHO 30CM EM DIÂMETRO | UND | 100 | 2,79 | 279,00 |
| 63 | PETECA PRODUZIDO EM EVA E FELTRO | UND | 200 | 9,69 | 1.939,33 |
| 64 | REDE DE PROTEÇÃO ESPORTIVA SOB MEDIDA PARA COBERTURA DE CAMPOS DE FUTEBOL E SOCIETY- FIO 2 MALHA 15 COM CORDA CORDA TRANÇADA ENTRE NÓS MATERIAL POLIETILENO 100% VIRGEM DE ALTA DENSIDADE COM TRATAMENTO UV. COM OPÇÃO DE CORES | M² | 3000 | 2,29 | 6.870,00 |
|  | **VALOR TOTAL** | **R$ 155.942,89** |

**2 - JUSTIFICATIVA/FINALIDADE**

2.1. Aquisição de materiais pedagógicos e esportivos se faz necessários para suprir a necessidade da Secretaria de Esportes e Secretaria Municipal de Educação em diversas atividades e projetos realizados por estas Secretarias durante todo o Ano de 2017 e 2018.

**3 – DO REGIME DE FORNECIMENTO**

3.1. As aquisições serão realizadas pelo sistema de **REGISTRO DE PREÇO pelo período de 12 meses,** sob **regime de compra parcelada**, conforme a necessidade da Secretaria de Educação e Esporte.

**4 – DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA**

4.1. A Contratada disporá do prazo de 10 (dez) dias para entregar o objeto, contados a partir do recebimento formal da Autorização de Fornecimento.

10.1.1. Os produtos deverão ser acondicionados (embalados) de forma a não se sujeitar a danificação no transporte.

10.2. A entrega do objeto deste edital será na Prefeitura Municipal localizada na Rua José Pereira da Silva, 130 – Centro, Paulo Lopes, será designado funcionário responsável, a quem caberá conferir e lavrar Termo de Recebimento, para efeito de posterior verificação da conformidade do mesmo com as exigências do Edital.

**5 – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

5.1. Por tratar-se de licitação para aquisição através de Sistema de Registro de Preço as despesas decorrentes das contratações feitas dos fornecedores detentores de preços registrados com o município de Paulo Lopes correrão a conta do orçamento 2017/2018 da Secretaria de Esportes e Secretaria Municipal de Educação de Paulo Lopes. A indicação do recurso detalhado para fazer frente à obrigação assumida quando da efetiva contratação serão disponibilizadas na Autorização de Fornecimento emitida pelo órgão solicitante.

**6 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

A Contratada obriga-se a:

6.1. Entregar o objeto de boa qualidade, conforme definido neste Termo de Referência, e ainda atendendo as condições e quantidades estipuladas;

6.2. Todas as despesas com entrega, e ainda as com tributos fiscais trabalhistas e sociais, que incidam ou venham a incidir, diretamente e indiretamente sobre o objeto adjudicado;

6.3. Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes do fornecimento do objeto;

6.4. Responder pelos danos causados diretamente à contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo.

6.5. Permitir à contratante fiscalizar a entrega que estiver sendo executada, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas, podendo os mesmos sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer qualquer serviço ou fornecimento de material que não esteja de acordo com as normas, especificações e técnicas usuais, ou que atentem contra a segurança dos usuários ou terceiros;

6.6. Responsabilizar-se integralmente pelos bens fornecidos, nos termos da legislação vigente;

6.7. Atender prontamente qualquer exigência de fiscalização inerente ao objeto fornecido;

6.8. Solucionar quaisquer tipos de problemas relacionados aos bens fornecidos.

6.9. Os bens, objeto do presente certame, deverão atender as exigências deste Termo de Referência e a legislação pertinente, inclusive normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e/ou do INMETRO referentes ao objeto, Lei Federal nº 8.078 de 11/09/1990 (Código de Defesa do Consumidor).

**7 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

A Contratante compromete-se a:

7.1. Disponibilizar local adequado para o recebimento do objeto;

7.2. Fornecer a qualquer tempo e com o máximo de presteza, mediante solicitação escrita da vencedora, informações adicionais, dirimir dúvidas e orientá-la em todos os casos

omissos, se ocorrer;

7.3. Exercer a fiscalização e acompanhamento do objeto entregue por servidores especialmente designados pela Administração, na forma prevista na Lei Federal 8.666/1993, sendo que a presença deste servidor não eximirá a responsabilidade da Contratada;

7.4. Aplicar multa, suspender o pagamento, caso a Contratada desobedeça a quaisquer das cláusulas estabelecidas no Edital;

7.5. Notificar, formal e tempestivamente, a Contratada sobre irregularidades observadas no fornecimento do objeto da presente aquisição;

7.6. Comunicar à Contratada as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas de sua parte, sob pena de aplicação de sanções nos termos da Lei Federal nº 10.520.

**8 - DO PAGAMENTO**

8.1. A nota fiscal/fatura deverá ser apresentada ao responsável pelo recebimento do bem ou serviço, o qual terá o prazo máximo de 05 dias úteis da apresentação para atestar o cumprimento pela empresa das obrigações contratuais.

8.1.1. A data da apresentação da nota fiscal/fatura será devidamente registrada nos autos do processo pelo responsável em atestar o recebimento do bem ou serviço.

8.2. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias a contar do recebimento da nota fiscal/fatura.

8.3. O pagamento será creditado em nome da Contratada, mediante ordem bancária em conta corrente por ela indicada ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras, uma vez satisfeitas as condições estabelecidas no Edital.

8.4. O pagamento, mediante a emissão de qualquer modalidade de ordem bancária, será realizado desde que a Contratada efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias.

8.5. A Contratada, optante pelo Simples, deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal/fatura, declaração, conforme modelo constante do Anexo IV da Instrução Normativa SRF nº. 480, de 15/12/2004, Substituído pelo Anexo IV constante da IN RFB n° 791, de 10 de dezembro de 2007. Caso não o faça, ficará sujeita à retenção de imposto e contribuições, de acordo com a referida Instrução.

8.6. A nota fiscal/fatura que contiver erro será devolvida à contratada para retificação e reapresentação, interrompendo-se a contagem do prazo fixado de 05 dias úteis para o responsável pelo recebimento atestar, que recomeçará a ser contado integralmente a partir da data de sua reapresentação.

8.7. O pagamento fica condicionado à prova de regularidade junto a Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

8.8. A compensação financeira é admitida nos casos de eventuais atrasos de pagamento pela Administração, desde que o contratado não tenha concorrido de alguma forma para o atraso. É devida desde a data limite fixada no contrato para o pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela.

8.9. Em caso de inadimplência de pagamento por parte da administração, os valores serão atualizados monetariamente, a partir do dia de seu vencimento e até o de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para a atualização de obrigações tributárias, conforme disciplina o artigo 117 da constituição do Estado de Santa Catarina.

8.10. A empresa deverá apresentar Nota Fiscal com CNPJ idêntico ao apresentado na proposta e conseqüentemente lançado na Nota de Empenho, devendo constar também o número do processo licitatório e a modalidade, número da Nota de Empenho, à fim de acelerar o trâmite de recebimento do produto e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

8.11. Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

**9 - DAS PENALIDADES**

9.1. O licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não celebrar o contrato, não mantiver a proposta, comportar-se de modo inidôneo, deixar de entregar documentação exigida no certame ou apresentar documentação falsa, falhar ou fraudar na execução do contrato, cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com o município de Paulo Lopes, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.2. As sanções deverão ser aplicadas de forma gradativa, obedecidos aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

9.3. As sanções serão aplicadas após regular processo administrativo com garantia de defesa prévia.

9.4. Configurado o descumprimento da obrigação contratual, será o contratado notificado da infração e da penalidade correspondente, para, no prazo de 5 (cinco) cinco dias úteis, apresenta defesa.

9.4.1. Recebida a defesa, a Autoridade Competente deverá manifestar-se, motivadamente, sobre o acolhimento ou rejeição das razões apresentadas, para concluir pela imposição ou não da penalidade.

9.5. A inexecução total ou parcial da prestação dos serviços, assim como a execução irregular, ou com atraso injustificado, sujeitará o contratado, garantida a defesa prévia, à aplicação das seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

9.6. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar, aceitar ou retirar o contrato ou instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido pela contratante ensejará a multa correspondente a 10% (dez por cento) do valor a ele adjudicado.

9.7. A inexecução total do ajuste ensejará a aplicação de multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor adjudicado ao licitante.

9.8. O atraso no fornecimento do bem ensejará a aplicação de multa de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor da parcela inadimplente.

9.9. Atraso superior a 05 (cinco) dias será considerado inexecução total do ajuste.

9.10. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a outra.

**10 - DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO CONTRATUAL**

10.1. A inexecução parcial ou total do Contrato dará ensejo a sua rescisão, atendido o disposto nos artigos 77 a 80 da Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações posteriores.

**11 - DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO**

11.1. O contrato a ser firmado poderá ser alterado nos casos previstos no artigo 65 da Lei nº 8.666/93, desde que haja interesse da Contratante, com a apresentação das devidas justificativas.

Paulo Lopes, 19 de maio de 2017

VANESSA PEREIRA

Secretária de Educação

 FABRÍCIO JAIR VIEIRA

Secretário de Esportes

**ANEXO II**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2017**

**Processo Licitatório nº 42/2017**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº \_\_\_/2017**

Aos ...... dias do mês de ................ de 2017, presentes de um lado o **MUNICÍPIO DE PAULO LOPES,** Estado de Santa Catarina, através da Prefeitura Municipal de Paulo Lopes, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua José Pereira da Silva, nesta cidade de Paulo Lopes, SC, inscrita no CNPJ sob nº 82.892.365/0001-32 e do Fundo Municipal de Saúde de Paulo Lopes, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua José Pereira da Silva, nesta cidade de Paulo Lopes, SC, inscrita no CNPJ sob nº 08.289.417/0001-28, neste ato representado pelo Excelentíssimo Prefeito Municipal, Sr. **NADIR CARLOS RODRIGUES** , brasileiro, casado, , inscrito no CPF sob nº ........, residente e domiciliado nesta cidade de Paulo Lopes, SC, denominado **MUNICÍPIO/CONTRATANTE**, e de outro a empresa ............................., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº ....................., com sede na cidade de ......................, ..., neste ato representada pelo Sr. ......................., nacionalidade, estado civil, profissão, inscrito no CPF sob n º ..............., residente e domiciliado na cidade de ..........., ....., denominada **FORNECEDOR/CONTRATADO**, firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, referente ao Pregão Eletrônico nº 11/2017 para REGISTRO DE PREÇOS visando atender as necessidades da Secretaria de Esportes e Secretaria Municipal de Educação de Paulo Lopes, nos termos da Lei 8.666/93 e a alterações subseqüentes, Lei 10.520/02, Decreto Municipal nº 58/2013 e demais legislações aplicáveis.

**CLÁUSULA I - DO OBJETO E CONDIÇÕES**

1. O objeto da presente Ata é o Registro de preço, pelo período de 12(doze) meses para aquisição de Materiais Pedagógicos e Esportivos para atender as Escolas, CEIs e secretaria de Esportes de Paulo Lopes, conforme especificação constante no anexo I – Termo de Referência, conforme quantidade, especificações, marca e preço constantes na proposta comercial apresentada no Pregão Eletrônico nº 11/2017, e especificações que seguem:
* Item...

**CLÁUSULA II - DA CONTRATAÇÃO**

**1.** A existência de preços registrados não obriga o MUNICÍPIO a firmar as contratações que deles poderão advir, sem que caiba direito à indenização de qualquer espécie. Fica facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação pertinente às licitações e ao Sistema de Registro de Preços, assegurando-se ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições.

**2.** Na hipótese do FORNECEDOR primeiro classificado ter seu registro cancelado, não assinar, não aceitar ou não retirar o contrato no prazo e condições estabelecidas, poderão ser convocados os fornecedores remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo.

**3.** Observados os critérios e condições estabelecidos no Edital, o MUNICÍPIO poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pelo MUNICÍPIO, observadas as condições do Edital e o preço registrado.

**4.** Os pedidos de fornecimento serão formalizados pelo Setor de Compras do MUNICÍPIO.

**5.** As empresas licitantes classificadas no Registro de Preços deverão atender a solicitação constante na Nota de Empenho, independente do valor, sob pena de penalização.

**6.** O FORNECEDOR deverá manter-se nas mesmas condições da habilitação quanto à regularidade fiscal durante a vigência do presente Registro de Preços.

**CLÁUSULA III – DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR**

1. Entregar o objeto licitado conforme especificações desta Ata, e em consonância com a proposta de preços;
2. Manter, durante toda a execução da Ata em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
3. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pelo MUNICÍPIO;
4. Arcar com eventuais prejuízos causados ao MUNICÍPIO e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução da Ata.
5. Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões de até 25% do valor inicial atualizado do contrato ou da nota de empenho;
6. Arcar com todas as despesas com transporte, descarregamento, taxas, impostos ou quaisquer outros acréscimos legais, que correrão por conta exclusiva do FORNECEDOR;

**CLÁUSULA IV - DA RESCISÃO CONTRATUAL**

**1.** O Município poderá declarar rescindida a Ata de Registro de Preços independentemente de interpelação ou de procedimento judicial sempre que ocorrerem uma das hipóteses elencadas nos artigos 77 a 80 da Lei n.º 8.666/93.

**2.** A Ata poderá ser rescindida, ainda, por mútuo acordo.

**CLÁUSULA V - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS**

**1.** O registro de preços do fornecedor poderá ser cancelado, nos seguintes casos:

1.1. Pela Administração no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da notificação: quando o fornecedor deixar de firmar a Ata decorrente do Registro de Preços, sem justificar ou não cumprir as exigências do Edital que deu origem aos preços registrados; por razões de interesse público, fundamentado; quando o fornecedor não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese dos preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado; quando o fornecedor não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável; quando o fornecedor der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do Registro de Preços por um dos motivos constantes no artigo 78, da Lei 8666/93 e alterações posteriores, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

1.2. Pelos fornecedores, mediante solicitação por escrito acompanhada de comprovação na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, no prazo de 5 (cinco) dias úteis após o recebimento da notificação para fornecimento.

**2.** A solicitação do cancelamento do preço registrado deverá ser formulada por escrito ao Setor de Compras e Licitações facultado à Administração a aplicação das sanções previstas no Edital, caso não aceitas as razões do pedido.

**3.** A solicitação do cancelamento do registro do(s) preço(s) não o desobriga do fornecimento dos produtos até a decisão final do órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, a qual deverá ser prolatada em 30 (trinta) dias.

**4.** O cancelamento dos preços registrados, nos casos previstos nesta cláusula será feito por notificação.

**5.** No caso de ser ignorado, inacessível o lugar do fornecedor, a notificação será feita por publicação no Diário Oficial dos Municípios de SC - DOM, transcorrendo o prazo de 5 (cinco) dias úteis para defesa prévia a contar do dia seguinte ao da publicação. Não havendo manifestação do notificado neste prazo, o registro de preços será cancelado.

**6.** Enquanto perdurar o cancelamento, poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens constantes do registro de preços.

**CLÁUSULA VI - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÕES DE BENS COM PREÇOS REGISTRADOS**

**1.** As despesas decorrentes das contratações feitas dos fornecedores detentores de preços registrados com o município de Paulo Lopes correrão a conta do orçamento 2017/2018 da secretaria de educação e secretaria de Esportes Municipal de Paulo Lopes, A indicação do recurso detalhado para fazer frente à obrigação assumida quando da efetiva contratação serão disponibilizadas na Autorização de Fornecimento emitida pelo órgão solicitante.

**CLÁUSULA VII - DO FORO**

**1.**As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro da cidade de Garopaba, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, salvo nos casos previstos no art. 102, inciso I, alínea “d”, da Constituição Federal.

**CLÁUSULA VIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**1.** Integram esta Ata, o Edital do Pregão Eletrônico nº 11/2017, seus anexos, a Ata de Lances do presente pregão e a proposta da licitante vencedora.

Paulo Lopes, ...... de .......... de 2017.

|  |  |
| --- | --- |
| **NADIR CARLOS RODRIGUES** |  |
| **MUNICÍPIO DE PAULO LOPES** | **FORNECEDOR** |

**ANEXO III**

**MODELO PROPOSTA DE PREÇO**

**PREGÃO ELETRÔNICO 11/2017**

**processo licitatório 42/2017**

**Nome da licitante:**

**CNPJ:**

**Endereço Completo:**

**Telefone/Fax: Email:**

**OBJETO:** Registro de preço, pelo período de 12(doze) meses para aquisição de Materiais Pedagógicos e Esportivos para atender as Escolas, CEIs e secretaria de Esportes Municipal de Saúde de Paulo Lopes,

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **ITEM** | **ESPECIFICAÇÃO** | **MARCA** | **UNID** | **QT** | **R$ UNIT** | **R$ TOTAL** |
| 1 |   |   |   |   |   |   |
| 2 |   |   |   |   |   |   |
| 3 |   |   |   |   |   |   |
| .... |   |   |   |   |   |   |

**Valor total:** xxxxxxx (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx)

**Prazo de validade:** 60 (sessenta) dias a contar da data de abertura das propostas de preço.

**Prazo de execução/fornecimento:** conforme edital

Paulo Lopes, xx de xxxxxxxx de 2017.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Assinatura e carimbo do representante legal da empresa

**Edital e Anexos Aprovados**

Data \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017

FÁBIO BERTOGLIO MARUGGI

OAB-SC 19201

Procurador